



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 9, NÚMERO 3 | JUL-SET 2020

AS MARCAS DISCURSIVAS DO AUTORITARISMO (OU, RESTOS DA LTI HOJE): O USO DISCURSIVO DA PONTUAÇÃO



THE DISCURSIVE BRANDS OF AUTHORITARIANISM (OR LTI'S REST TODAY): THE DISCURSIVE USE OF PUNCTUATION

Michel Marques de Faria
Universidade Estadual de Campinas, BRASIL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 21/05/2020 ● APROVADO EM 15/06/2020

Abstract

Lingua Tertii Imperii or, simply, the Language of the Third Reich. That is how Victor Klemperer, a German philologist, calls his work. It is a work that takes place around themes that circulate society and that intermingle in the language (there is no language without social and LTI shows this to us). In this work, starting from the work of V. Klemperer and, more specifically, from chapter 12, in which the author makes an analytical effort to understand the use of punctuation in the Nazi regime, a gesture of reading is undertaken, anchored in Discourse Analysis Materialist, based on the work of Michel Pêcheux, and an analysis of two posts collected on twitter by the current Minister of Education is carried out to understand that (and how) the discursive marks of authoritarianism are present today. For this, a discursive analysis is performed to understand the discursive value that this form of punctuation plays and what effects it produces.

Resumo

Lingua Tertii Imperii ou, simplesmente, a Linguagem do Terceiro Reich. É assim que Victor Klemperer, filólogo alemão, intitula sua obra. É uma obra que se dá em torno de temas que circulam a sociedade e que se imbricam na língua (não há língua sem social e a LTI nos evidencia isso). Neste trabalho, partindo da obra de V. Klemperer e, mais especificamente, do capítulo 12, em que o autor realiza um esforço analítico para compreender o uso da pontuação no regime nazista, empreende-se um gesto de leitura, ancorado na Análise de Discurso Materialista, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux, e realiza-se uma análise de dois posts coletados no twitter do atual Ministro da Educação para compreender que (e como) as marcas discursivas do autoritarismo estão presentes hoje. Para isso, realiza-se uma análise discursiva para compreender o valor discursivo que tal forma de pontuação desempenha e que efeitos ela produz.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Discourse Analysis; Punctuation; Quotation marks; Discursive Marks.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Pontuação; Aspas; Marcas Discursivas.

Texto integral

Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar.

Victor Klemperer

Introdução (ou da busca pelos vestígios da LTI)

LTI: Lingua Tertii Imperii ou, simplesmente, a Linguagem do Terceiro Reich. É assim que Victor Klemperer intitula sua obra. Livro fundamental para entender como o nazismo se estruturou por meio da língua(gem), nos permite compreender as apropriações e inversões realizadas pelo regime autoritário que vigorou na Alemanha, entre 1933 e 1945. Trata-se, pois, de “uma refinada análise da manipulação da linguagem pelo regime nazista e um estudo profundo da situação sociopolítica e cultural da época” (OELSNER, 2009, p. 17) e que investigará “detalhadamente uma série de vocábulos e conceitos cujos sentidos foram deturpados pela ideologia nazista, tendo em vista, principalmente, disseminar o antissemitismo no povo alemão” (*ibidem*).

O livro é organizado a partir dos diários de Klemperer, escritos entre 1933 e 1945, e fornece relatos do período da ascensão e da institucionalização do nazismo,

por meio de uma gama de temas. Entretanto, é preciso cuidado para não reduzir o livro aos relatos de Klemperer, isso é: tomá-lo apenas como um diário. Muito mais do que uma obra narrativa, o que temos é um esforço analítico do autor, de sua posição de filólogo, que, tendo vivenciado o período nazista, busca compreender o uso da linguagem pelos nazistas enquanto forma de manipulação. Dessa forma, Klemperer nos relatará, entre outras coisas, o uso exacerbado dos vocábulos *fanatish* (fanático) e *fanatismus* (fanatismo) pelos nazistas nas comunicações oficiais, ou ainda, o surgimento das primeiras palavras que o filólogo considera genuinamente nazistas, tais como *Strafexpedition* ou *Staatsakt*. O livro, em si, é rico de anotações e análises e cada capítulo parece ressoar na nossa atualidade.

Dos muitos relatos que Klemperer nos dará a saber, a atenção do presente trabalho volta-se para o capítulo 12. É quando o filólogo faz uma análise sobre o uso da pontuação na LTI: nos evidencia que mesmo a LTI tendo uma linguagem essencialmente retórica e dirigida ao sentimento, o que, assim, seria fácil supor que haveria um uso deliberado dos pontos de exclamação, não é o que se vê. Na realidade, há um uso bastante parcimonioso dessa pontuação (leia-se da exclamação). É parcimonioso, pois, se a LTI transformasse tudo em apelo e exclamação, tornaria “inútil o recurso a um sinal de pontuação específico para denotar isso” (KLEMPERER, 2009, p. 133). Nesse caminho, o que se vê é que “a LTI usa *ad nauseam* o que podemos chamar de aspas irônicas” (*ibidem*, itálicos do autor).

Se a atenção do presente trabalho recai sobre a pontuação, é preciso dizer que se volta, então, para o uso das aspas, naquilo que Klemperer chama de aspas irônicas. Para o filólogo alemão, “as aspas simples e primárias indicam tão somente uma reprodução literal de algo que alguém disse ou escreveu. As aspas irônicas não se restringem a uma citação neutra. Colocam em dúvida a veracidade do que foi dito, qualificando por si mesmas essa afirmação como mentirosa” (KLEMPERER, 2009, pp. 133-134).

É importante apontar que a escolha da referida obra para constituir o presente trabalho decorre de uma inquietação em tentar compreender que (e como as) marcas discursivas do autoritarismo circulam pelos discursos políticos atuais a partir de uma Análise de Discurso nas forjas do Materialismo Histórico. Para tal, elenco a LTI como obra de partida que me subsidiará no gesto de análise empreendido em duas mensagens coletadas do *Twitter* do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub. A escolha pelas mensagens publicadas por um Ministro de Estado do atual governo se dá pela seguinte razão: o fato de perceber uma regularidade no uso das aspas de forma irônica em suas mensagens.

1 O lugar da pontuação na gramática

O primeiro gesto de análise que faço é verificar como as aspas, enquanto pontuação, são referidas em gramáticas. Elenco duas obras e as tomo como instrumentos linguísticos [1] (Auroux, 2014). Assim, o meu olhar para tais gramáticas é que elas são responsáveis por engendrar enunciados naquilo que

chamamos de língua imaginária [2] (Orlandi, 2008; 2009). Dessa forma, pela Análise de Discurso (AD), a gramática pode ser entendida como discurso, uma vez que nela encontramos aquilo que se supõe ser a representação da língua enquanto língua imaginária. Assim, em sua tessitura, “já se inscreve a ideologia, ou seja, ela é organizada ideologicamente de uma forma e não outra. Essa organização é o que torna cada gramática particular pois, em sua estrutura, vem a reboque o conhecimento linguístico, particular a cada autor e suas condições de produção. É importante apontar que olhar para as gramáticas enquanto instrumentos linguísticos, a partir da Análise de Discurso, implica em compreender os efeitos de sentidos daquilo que se diz (e da forma como se diz) sobre a língua.

Nesse sentido, das gramáticas consultadas [3], trago o excerto de duas, a saber: i) Moderna gramática portuguesa, do professor Evanildo Bechara e ii) Breve gramática do português contemporâneo, dos professores Celso Cunha e Lindley Cintra.

Na gramática de Bechara, o autor expõe que os sinais de pontuação

ao lado dos grafemas que “vestem” os fonemas, os morfemas e as unidades superiores, esses sinais extra-alfabéticos [os sinais de pontuação], como assinala Catach, são essencialmente unidades sintáticas, “sinais de orações” e “sinais de palavras”, podendo comutar com tais unidades alfabéticas, substituí-las e tomar de empréstimo seu valor. Assim, um apóstrofo indica a supressão de um grafema, uma vírgula uma unidade de coordenação ou de subordinação. Na essência, os sinais de pontuação constituem um tipo especial de grafemas. (BECHARA, 2009, p. 604)

Destaco o fato de que o autor diz que as pontuações, em relação às unidades alfabéticas (letras), podem comutar, substituir ou tomar de empréstimo o valor das ditas unidades alfabéticas. Assim, o gramático nos apresenta que um apóstrofo pode vir a indicar a supressão de um grafema ou uma vírgula, em seu uso, pode indicar uma unidade de coordenação ou de subordinação. Dessas explicações iniciais, apontaria, de forma embrionária, que nesse(s) processo(s) de comutação/substituição/empréstimo, a pontuação passa a ter um valor discursivo. Inclusive, o autor faz coro com N. Catach, ao citar a autora francesa, que aponta o fato de que “estes sinais [os de pontuação] também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas” (BECHARA, 2009, p. 604). Ou seja, os sinais de pontuação não se restringem às questões sintáticas ou gramaticais. Pelo contrário, eles também atuam em questões entonacionais [4] (isso é, de ordem oral) e em questões semânticas (e nessa última vem, a reboque, a questão discursiva).

O autor nos apresentará uma série de pontuações e, dentre elas, as aspas. Inicia a parte destinada às aspas com a informação de como elas se materializam graficamente, isso é, como elas aparecem em um texto escrito: “De modo geral, usamos como aspas o sinal [“ ”]; mas pode haver, para empregos diferentes as aspas

simples [‘ ’], ou invertidas (simples ou duplas) [‘ ’], [“ ”]” (BECHARA, 2009, p. 613). Em seguida, o gramático nos apresenta alguns usos das aspas, por meio da distinção de seus usos em trabalhos científicos e em demais situações. Diz o autor que

Nos trabalhos científicos sobre línguas, as aspas simples referem-se a significados ou sentidos: *amare*, lat. ‘*amar*’ port. Às vezes, usa-se nesta aplicação o sublinhado (cada vez menos frequente no texto impresso) ou o itálico. As aspas também são empregadas para dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial) para ressaltar uma expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria. (BECHARA, 2009, p. 613, itálicos do autor)

O que se vê na descrição de Bechara é que as aspas de um lado, na cultura dos trabalhos científicos são usadas, tão somente, para referir-se a significados ou sentidos. E o autor sustenta essa afirmação com um exemplo de língua latina: cita um verbo, *amare*, e em seguida aponta que ele provém do latim e que, em português, significa amar. Por outro lado, fora de uma cultura científica, em um uso (que aqui chamarei de) geral [5], as aspas são empregadas em função da semântica. Assim, elas podem ser empregadas para atribuir a uma determinada expressão um sentido particular, ou, para ressaltar uma certa expressão dentro de um contexto, ou ainda, para destacar uma palavra enquanto estrangeira ou gíria.

O que é interessante notar nesses usos gerais (fora de uma cultura científica) das aspas, é que eles estão ligados ao uso escrito do sinal de pontuação. No entanto, o autor nos diz que quando as aspas são empregadas para dar um sentido particular a uma determinada expressão pela oralidade, essa marcação é feita por meio de uma entoação especial.

Prosseguindo com suas explicações, Bechara sustentará as questões postas por meio de dois exemplos retirados de uma obra de Monteiro Lobato. Assim, nos dá as seguintes construções:

Exemplo 1	Exemplo 2
<p>— “Sim, mas percebo-o agora, porque só agora nos surgiu a ocasião de enriquecer. Foi uma sorte grande que Deus nos mandou.</p> <p>— “Deus”...</p> <p>— Deus, sim, e você o ofendeu afastando-a com o pé”.</p>	<p>“Você já reparou Miloca, na “ganja” da Sinhazinha? Disse uma sirigaita de “beleza” na testa”</p>

Bechara, 2009, p. 613

A partir do que Bechara expôs, temos, em ambos os exemplos, o uso das aspas para atribuir a uma dada expressão um sentido particular. Assim, no exemplo 1, “Deus” significa diferente de Deus, enquanto no exemplo 2, “beleza” não tem o mesmo significado de beleza. Nos dois casos há uma suspensão do que Deus e beleza significam para que assim, por meio das aspas, os sentidos sejam postos à deriva e funcionem em uma outra rede de sentidos. Dessas questões, a pergunta que se coloca é: que sentidos particulares são esses que podem ser atribuídos pelas aspas na escrita e pela entoação especial na oralidade? Deixo em aberto essa questão para retomá-la mais à frente.

Saindo da gramática de E. Bechara, chega-se à gramática de Cunha e Cintra. Nessa obra, os autores compreendem que os sinais de pontuação servem para marcar pausas, de um lado, e para marcar melodia e entoação, de outro. Afirmam que “a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir essa carência, ou melhor, para reconstruir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (CUNHA & CINTRA, 2006, p. 429). Dessa forma, o que se vê é que os sinais de pontuação, para Cunha e Cintra, atuam, na escrita, com o objetivo de aproximá-la da fala.

Focando no objeto deste trabalho, isso é, as aspas, temos que elas se fazem presentes no grupo responsável por marcar a melodia/entoação. Com isso, os autores nos citam cinco casos em que realizamos o uso delas, a saber: a) no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do texto; b) para sobressair termos ou expressões, geralmente não peculiares à linguagem normal de quem escreve (estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, vulgarismos, etc.); c) para acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão; d) para realçar ironicamente uma palavra ou uma expressão; e) para indicar o título de uma obra.

Dos cinco casos de usos das aspas, se poderia dizer que pelos menos três (a, b, e) não tem ligação com a melodia/entoação daquilo que se diz. São usos das aspas voltados majoritariamente à escrita. Os dois restantes (c, d) nos dão uma pista de que há um emprego das aspas com um valor semântico e, mais do que isso, discursivo. Vejamos os exemplos que Cunha e Cintra nos apresentam para os casos c e d:

c) para acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão	d) para realçar ironicamente uma palavra ou uma expressão
A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Gilberto Freyre, OE, 611	- Está o mundo perdido, até a Judite já tem “arranjinho”! Almada Negreiros, OC, II, 135

Cunha & Cintra, 2006, p. 438

Entre os dois exemplos acima, é mister apontar que o primeiro (c) vai ao encontro daquilo que E. Bechara apontou para o uso das aspas: “ressaltar uma expressão dentro do contexto” (BECHARA, 2009, p. 350), e que Cunha e Cintra definem como um uso para “acentuar o valor significativo de uma palavra ou expressão” (CUNHA & CINTRA, 2006, p. 438). Já o segundo exemplo (d), faz coro com os exemplos utilizados por Bechara (2009). Se, nos exemplos utilizados por E. Bechara, “Deus” não é Deus e “beleza” não é beleza; então, no exemplo (d) de Cunha e Cintra, “arranjinho” não é arranjinho. Destarte, o emprego das aspas, dito por Bechara, “para dar a certa expressão sentido particular” (BECHARA, 2009, p. 613), ou na linguagem falada feito por meio de uma entoação especial, em Cunha e Cintra (2006) é definido como um emprego para realçar ironicamente uma palavra.

Assim, retomo a pergunta feita acima (que sentidos particulares são esses que podem ser atribuídos pelas aspas na escrita e pela entoação especial na oralidade?), para um esboço de resposta a partir do que foi possível constatar com a análise das duas gramáticas: seja em Bechara, de forma mais sutil, seja em Cunha e Cintra, de forma mais direta, o que se vê nesse uso das aspas na atribuição de sentidos particulares, é que se trata de marcar uma certa ironia em relação ao que se diz. Há, pois, uma suspensão do sentido que poderia ser atribuído a Deus, beleza e arranjinho; suspensão que possibilita uma deriva dos sentidos e assim, tenhamos “Deus”, “beleza” e “arranjinho”. Com isso, se dizer “Judite já tem arranjinho!” pode significar que ela tem, por exemplo, uma combinação amorosa, um namoro; ao dizer que “Judite já tem “arranjinho”!” o sentido do vocábulo “arranjinho” é posto em deriva e se diz que Judite tem um namoro qualquer, uma combinação amorosa de menor valor.

Dessa forma, o que se pode dizer até o momento, é que as aspas, enquanto pontuação, nas gramáticas consultadas, são colocadas não apenas em um lugar da normatização (como por exemplo, item “a”, presente em Cunha e Cintra), da regra, mas também, poderia apontar que elas são colocadas no lugar do discurso, de tal forma que produzem efeitos de sentidos outros. Sobre a questão discursiva nas gramáticas, é preciso, todavia, um breve apontamento: a rigor, essa não é a preocupação das gramáticas (principalmente as tradicionais). Assim, mesmo que não se fale sobre a questão discursiva, é possível, em um já-gesto de interpretação, depreender tal tomada posição a partir das análises realizadas. Dessa forma, se tenho dito ao longo do texto, que beleza significa diferente de “beleza”, é porque há um já-dito, uma memória discursiva, isso é “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2007, p. 52). Ou seja, a memória discursiva é aquilo que ao retomar discursos anteriores, permite e sustenta tais dizeres e, por conseguinte, é um balizador dos embates entre as redes de memórias e dos acontecimentos discursivos.

A questão que se abre é: como a pontuação, e no caso desse trabalho, as aspas, vão funcionar como um mecanismo discursivo? São as reflexões que empreenderei a seguir.

2 A pontuação como um mecanismo discursivo

Eni Orlandi ensina que “um mecanismo como o da pontuação pode nos dar muitos elementos para a compreensão do político e da ideologia no funcionamento discursivo em que emerge a questão da interpretação” (ORLANDI, 2001, p. 110). Assim, para a Análise de Discurso, as pontuações, enquanto marcas discursivas, “podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem” (*idem*). A pontuação, da forma como está sendo considerada, “atesta um duplo trabalho do simbólico: se, de um lado, ela é marca – traços empíricos, signos diacríticos – de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim um índice de sua materialidade” (ORLANDI, 2001, p. 112). Em outras palavras, a pontuação constitui a marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer e funciona, pois, como um mecanismo de espacialização dos sentidos na superfície do texto.

Importa dizer que se por um lado, considera-se a pontuação, e no caso deste trabalho, as aspas, enquanto traços empíricos e signos diacríticos e, por outro, como indicativo da textualização de um discurso, é por que por meio dela (e de seus vestígios) e, ainda, “pelo jogo da interpretação” que nós “observamos como o sujeito se articula a um discurso, como ele se inscreve em uma formação discursiva, comprometendo-se com uma certa filiação de sentidos, ao fazer certos gestos de interpretação, produzindo dessa maneira um texto específico, em seu limites aparentes (ou imaginários)” (ORLANDI, 2001, p. 113). Assim, o que interessa, para a Análise de Discurso não é como o texto é organizado, mas sim, o que é organizado nas discursividades de um texto. Por isso, bem lembra Orlandi (2007a, p. 56) o fato de que “o objetivo da AD é compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico”. Nessa esteira, retomo as palavras de Mariani, Moura e Medeiros (2011) que nos ensinam o trabalho de um analista de discurso. Dizem as autoras que

ao habitar a teoria da Análise de Discurso, produzimos, enquanto analistas de discurso, modos de compreensão de processos de produção de sentidos, produção esta que se dá, como insistentemente expusemos, com a e na articulação entre sujeitos, linguagem e processos históricos. Coloca-se como questão, para a Análise de Discurso, descrever o caminho que naturaliza certos sentidos – e, conseqüentemente, não naturaliza outros –, depreender como se dá a construção do efeito de evidência e literalidade – e a estabilidade – desses sentidos – e não de outros. Isso só é possível porque temos como objeto – que nos une – discurso (MARIANI, MOURA & MEDEIROS, 2011, p. 309).

Com relação ao texto, importa dizer que apesar de sua heterogeneidade, ele, em uma base discursiva, é “atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória

com os sentidos, com o político, com a ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 115), há um efeito (uma ilusão) de que o texto apresenta “um todo em sua unidade (imaginária)” (ORLANDI, 2001, p. 113). Dessa forma, alguns sinais de pontuação vão atuar nesse efeito ilusório. É o caso, por exemplo, do ponto final (.), que cria um efeito de fim no texto.

A pontuação, enquanto mecanismo discursivo, “administra – sem eliminar – a falta e o equívoco” (ORLANDI, 2001, p. 116). Se a condição da linguagem é a incompletude e, por conseguinte, a língua se permite ao equívoco, à deriva, então a pontuação vai atuar em um texto com a fabricação “da normalidade semântica do mundo, a organização do texto, a aparência de uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para o sujeito” (ORLANDI, 2001, p. 117). É ela que marca divisões, que separa sentidos e formações discursivas. Discursivamente, então, é a pontuação que atua na organização da “memória, produzindo legibilidade, uma relação regrada com os sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 116).

Expostas essas questões sobre a pontuação, enquanto mecanismo discursivo, abordarei o funcionamento do discurso das aspas. Para Authier (2016, p. 201), as aspas funcionam como um “sinal de distância, que o locutor pode colocar, na escrita, em palavras que produz”. Faço um acréscimo ao que diz Jacqueline Authier: na fala, esse distanciamento, que aqui denomino como *distanciamento discursivo*, também é produzido. Pensando as aspas irônicas, por exemplo, a entoação é indicativa de que há um distanciamento discursivo.

Para J. Authier (2016), essas aspas que indicam um sinal de distância (ou, como denominarei aqui, um *distanciamento discursivo*) são as marcas de

uma operação metalinguística *local* de distanciamento: uma palavra, durante um discurso, é indicada ao receptor como o objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade* – desta que normalmente funciona para outras palavras. Essa suspensão de responsabilidade determina uma espécie de vazio a preencher, mediante uma interpretação, um “apelo de glosa”, pode-se dizer glosa que às vezes se explicita, mas que mais frequentemente permanece implícita (AUTHIER, 2016, p. 203, itálicos da autora).

Dessa forma, nesse *distanciamento discursivo* (como denomino aqui) que é produzido pelas aspas coloca, tomando as palavras de Authier, “o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza” (AUTHIER, 2016, p. 204). O aspeamento produz um *distanciamento discursivo*: ao mesmo tempo que coloca em suspensão e cria um vazio, possibilitando a deriva, emite-se um julgamento de valor.

J. Authier demonstra uma coleção de exemplos, não exaustiva (já que o sentido sempre pode ser outro, não quaisquer), de função das aspas. Deste

levantamento apresentado pela linguista francesa, destacarei três formas de aspeamento.

A primeira forma de aspeamento é que “as palavras aspeadas são palavras assinaladas como “deslocadas”, “fora de seu lugar”, como assumidas “normalmente” e, por isso, apropriadas” (AUTHIER, 2016, p. 205). Nesse primeiro uso das aspas, elas podem ser empregadas, segundo a autora, em palavras estrangeiras, neológicas ou técnicas e tal emprego “supõe que elas são compreendidas pelos interlocutores, mas as aspas as remetem, pode-se dizer, à margem do código” (AUTHIER, 2016, p. 206). O uso das aspas em palavras dessas três ordens (e, por conseguinte, a remissão à margem do código) parecem indicar que há uma falta na língua (a condição da linguagem é a incompletude, não esqueçamos) e, por isso, é preciso aspear tais palavras [6]. Há, ainda, o aspeamento em palavras que marcam uma expressão familiar, mas remetem a outro nível de língua (AUTHIER, 2016). Esse segundo uso das aspas remete, também, a um deslocamento das palavras. É, como diz Authier (2016, p. 206), um uso que “quer seja negligência verdadeira ou falsa, acompanhada de remorso ou de graça, o uso das aspas *de familiaridade* sempre é asserção”. Esse segundo uso, pelo gesto de análise, parece ser o presente no exemplo (c) dado por Cunha e Cintra (2006) e exposto acima.

O segundo aspeamento que destaco é o que a autora denomina como aspas *de condescendência*. Esse uso, de acordo com a linguista, é de duas ordens: a primeira é de uma ordem paternalista, que indica uma concessão. São aspas que “assinalam uma palavra apropriada ao receptor, mas não ao locutor; ele [o locutor] diz: “Se eu não falasse com você, não teria dito essa palavra”” (AUTHIER, 2016, p. 208). Já a segunda forma de utilização dessas aspas é inversa ao uso paternalista. É o uso que “assinala que uma palavra que é apropriada ao locutor não o é, segundo ele, ao receptor; ele [o locutor] diz: “Se eu não falasse com você, diria sem aspas” (*idem*). Esse uso inverso das aspas *de condescendência* é o que parece ressoar nos exemplos dados por Bechara e no exemplo (d) dado por Cunha e Cintra. O emprego das aspas irônicas é uma forma de dizer: uso “beleza” pois refiro-me a X e não a Y.

Já o terceiro aspeamento que destaco é o uso das aspas enquanto “*questionamento ofensivo* do caráter apropriado de uma palavra” (AUTHIER, 2016, p. 210, *itálicos da autora*). São aspas utilizadas “cada vez que um locutor é obrigado a falar com palavras que sente como impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras, que lhe são proibidas, ele pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada” (*idem*). O uso das aspas *de questionamento ofensivo* é o que ao se usar uma palavra X o que se diz, de fato, é um pseudo-X (ou, ainda, um não-X).

Por ora, deixarei em suspenso esses usos das aspas que destaquei. Serão retomados oportunamente mais adiante. Todavia, preciso dizer, embrionariamente, que apesar de os dois últimos aparentarem ter o mesmo funcionamento, há uma linha tênue entre um e outro. Diria, também de forma embrionária, que o primeiro uso do aspeamento que destaquei e, em particular, a inversão da condescendência, pode funcionar como próprio de situações de dominância. Ou seja, é da ordem do discurso daqueles que detêm o poder. Já o segundo uso, as aspas de questionamento ofensivo, em meu gesto analítico, apresenta um funcionamento como o da ordem de

um discurso de dominação, daqueles que não detêm o poder. Mais adiante retomarei essas questões para explaná-las.

Prosseguindo com Authier, a linguista nos diz que “as aspas são a marca de uma imperfeição, se trata de uma *imperfeição constitutiva*; que, se a palavra aspeada está “na margem” de um discurso, não é no sentido de que seria desprezível, mas no sentido de que uma margem *delimita e constitui*” (AUTHIER, 2016, p. 216, itálicos da autora). Importante essa tomada de posição da linguista, pois, se nas forjas de uma teoria materialista do discurso consideramos a língua, também, como imperfeita – com suas falhas, suas incompletudes e seus equívocos –, é preciso dizer que não se trata de defeitos. São, na realidade, “a qualidade da língua em sua materialidade: falha e incompletude são o lugar do possível. Daí a diferença, a mudança, o equívoco” (ORLANDI, 2009, p. 12). Nesse sentido, não se pode deixar de citar P. Henry que muito bem ensina o seguinte:

Que a linguagem, como ferramenta, seja imperfeita é patente e não há mais quase nada a falar sobre isso, do ponto de vista científico, quero dizer. Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, de ilusões, de erros. Falar nesse momento de um defeito da linguagem, apresentá-la como uma ferramenta imperfeita, como Bentham ou Frege, parece mesmo um eufemismo que preserva a miragem da linguagem bem-feita, de instrumento aperfeiçoado ou ainda de um uso racional desse instrumento. *Não é assim que se pode abordar a língua.* (HENRY, 1992, p. 193, grifos meu)

Ou seja, a imperfeição da língua(gem) é, mais uma vez, qualidade necessária. Não se pode (e não se deve) considerar essas imperfeições, esses equívocos, como algo ruim, de valor menor. São por essas questões que os sentidos podem variar, mudar. Afinal, como bem lembram Sousa, Garcia e Faria (2014, p. 100), “as palavras não estão congeladas em estado de dicionário, mas sempre em jogo tenso e deslocante”.

Avançando com J. Authier, a autora nos apresenta uma metáfora de que as aspas se fazem “sobre a borda” de um discurso. Pensar em borda significa pensar que há um lado x e um lado y. É preciso cuidado para não pensar que há um interior e um exterior, ou seja, que há um dentro e fora do discurso. É, sim, pensar as bordas como lugares limítrofes, ou, nas palavras de Authier “*zona de interação, de imbricação, de invasão*” (AUTHIER, 2016, p. 216, itálico da autora). É pensar que as bordas permitem o encontro com um discurso outro. Isso significa, pois

acompanhar o mapeamento das palavras aspeadas de um discurso é acompanhar a zona fronteira reveladora daquilo em relação ao que é essencial, para ele se distanciar: “Diz-me o que tu aspeias...”; ao mesmo tempo, é pelo fato de colocar certas palavras como não

apropriadas que um discurso constitui, em si mesmo, o complementar dessas palavras: palavras essas plenamente apropriadas, às quais o locutor adere sem distância; é o trabalho constitutivo das aspas. (AUTHIER, 2016, p. 216)

O que penso ser importante desse trabalho discursivo das aspas é que “pôr aspas é retirar as palavras sua evidência de adequação” (AUTHIER, 2016, p. 217). Assim, tirar essa evidência é desconstruir um sentido dado e colocar a palavra à deriva, deslocando, pois, o sentido. Authier diz ser possível, “por brincadeira, tentar colocar aspas sobre todas as palavras que se leem, escutam, dizem, escrevem, para experimentar se e como as palavras resistem a esse questionamento de seu caráter apropriado” (AUTHIER, 2016, p. 217). O resultado, para a autora, é que aquele que joga esse jogo, e é rapidamente tomado pelo desconforto, pois as palavras passam a vacilar e a se esconderem.

A pergunta que se lança sobre a pontuação e, nesse caso, sobre as aspas é: o que ela, em sua formulação, atualiza da/na memória discursiva?

3 Das marcas discursivas do autoritarismo...

Sobre as aspas irônicas empregadas pelos alemães em função do autoritarismo presente na LTI, é preciso dizer que

é óbvio que elas não foram inventadas pela LTI. Durante a Primeira Guerra Mundial, quando os alemães se vangloriavam de uma superioridade cultural e olhavam para a civilização ocidental com desprezo, como se fosse uma conquista superficial e menor, os franceses nunca omitiam as aspas irônicas ao mencionarem a “*culture allemande*”. É provável que o uso delas tenha se iniciado na mesma época em que as aspas comuns foram inventadas. (KLEMPERER, 2009, p. 134)

Entretanto, o que acontece na LTI é que há um emprego massivo das aspas irônicas que predominam sobre o neutro (ou aquilo que aparenta ser neutro). Na constituição dessa retórica autoritária, “ela [a LTI] odeia a neutralidade. Precisa ter sempre um adversário a ser rebaixado” (KLEMPERER, 2009, p. 134). Dessa forma, o filólogo nos aponta que

as vitórias dos revolucionários espanhóis eram sempre “vitórias” vermelhas. Os oficiais eram “oficiais” vermelhos, o estado-maior era um “estado-maior” vermelho. Mais tarde passa a ocorrer o

mesmo com a “estratégia” russa, com o “marechal” Tito dos iugoslavos. Por meio das aspas irônicas, Chamberlain, Churchill e Roosevelt sempre foram chamados de “estadistas”, Einstein de “pesquisador”, Rathenau de “alemão” e Heine de “poeta” alemão. (KLEMPERER, 2009, p. 134).

O que se vê, então, nesse uso das aspas irônicas, na LTI, é que há sempre algo que é colocado em suspensão. Esse algo que é suspenso é sempre o outro, o adversário (ou o que é considerado adversário). Assim, dizer que Einstein era um “pesquisador” (no lugar de pesquisador) é colocar o sentido da palavra à deriva, ao equívoco. É rebaixar o outro, sim. Mas é, também, colocar em suspenso o que significa (ou, ainda, os sentidos de) ser um pesquisador e atribuir sentidos ao que significa ser “pesquisador”.

É nesse momento que os sentidos derivam. Ser pesquisador não é ser “pesquisador”; significam diferentes, pois se inscrevem em formações discursivas (FD) distintas. Se FD é

aquilo o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2020[1971], p. 34)

Então, é pela inscrição em formações discursivas distintas que uma mesma palavra ou expressão pode significar de forma diferente a cada tomada de palavra. Disso, podemos pensar na seguinte frase:

(a) Einstein era pesquisador

E formulá-la da seguinte forma:

- (a.1) Einstein realizava pesquisas.
- (a.2) Einstein realizava descobertas.
- (a.3) Einstein produzia conhecimento científico.
- (a.4) Einstein realizava um trabalho sério.
- (a.5) Einstein realizou descobertas importantes

Tais formulações nos remetem a uma determinada formação discursiva que sustenta cada tomada de palavra. Tal formação discursiva é da ordem de que quem é pesquisador realiza pesquisa, descobertas, produz conhecimento científico, faz um trabalho sério, dentre outras formulações parafrásticas possíveis.

Assim, tudo aquilo que se diz insere-se em uma dada formação discursiva e, por conseguinte, faz com que signifique de forma diferente. Pêcheux (2014a) nos diz que

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 2014a, p. 147-148)

Dessa forma, se diz, em Análise de Discurso, que a língua não é transparente (cf. Orlandi, 2013). Disso, significa dizer que as palavras não possuem um sentido próprio, mas vão tendo sentidos atribuídos conforme seu uso. Por isso, é possível dizer que na seguinte frase:

(b) Einstein era “pesquisador”

Haverá uma outra formação discursiva em funcionamento e assim, outros sentidos serão mobilizados. Destarte, dizer que Einstein era “pesquisador” implica em:

(b.1) Einstein não era pesquisador.

(b.2) Einstein era um pesquisador de baixo nível.

(b.3) Einstein não produzia conhecimento científico.

(b.4) Einstein não realizava um trabalho sério.

(b.5) Einstein não realizou descobertas importantes

O que se vê nesse movimento parafrástico é que o aspeamento do vocábulo pesquisador em (b) produz efeitos de sentidos que colocam em xeque o que é ser pesquisador. Se ser pesquisador é da ordem de realizar pesquisas, realizar descobertas, produzir conhecimento científico, fazer um trabalho sério, então ser “pesquisador” é uma forma de ter o trabalho ironizado, é, pois, uma forma de inferiorizar, desqualificar ou de dizer que não se faz o trabalho corretamente. É estar em uma posição inferior. O mesmo pode-se dizer das demais aspas irônicas apontadas por Klemperer na LTI. Cada qual irá mobilizar uma rede de sentidos diferente. Vejamos que nesses casos, temos o funcionamento das aspas enquanto

um *distanciamento discursivo*. Põe-se em suspensão o que é ser pesquisador, rebaixa-se/inferioriza-se e distancia-se dessa posição.

Não se pode deixar de apontar que o uso das aspas irônicas não se restringia aos líderes autoritários. Pelo contrário, Klemperer nos indica que

“não há um único artigo de jornal, uma única transcrição de discurso que não esteja cheia de aspas irônicas, que também estão presentes em estudos mais precisos, elaborados com mais serenidade. *Elas estão na LTI impressa, tanto quanto na entonação de Hitler e de Goebbels*” (KLEMPERER, 2011, p. 134, negritos meu).

Vejamos aí, na última citação de Klemperer, algo que corrobora com o que já foi dito em momento posterior do presente trabalho: as aspas irônicas aparecem tanto em textos escritos (e aqui as temos funcionando enquanto marca – signos diacríticos) quanto nos discursos orais e, nesse último, sua marcação é dada pela entoação diferenciada.

Expostas tais questões, é preciso compreender que (e como) restos da LTI ressoam hoje no discurso político.

3.1 ...ou, dos restos da LTI hoje

Para realizar minha análise, selecionei dois tweets realizados pelo atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Tais mensagens serão denominadas daqui para frente como sequências discursivas (SD). Temos, pois, as seguintes:

SD1: Hoje fui surpreendido pelo péssimo "jornalismo" de Isabela Palhares, que infelizmente "trabalha" no Estadão. Vejam a matéria desta "jornalista" e comparem com o vídeo inteiro de minha fala (8 minutos). [7]

SD2: Quer a VERDADE sobre a pesquisa "científica" no Brasil? Escute o Anderson da CAPES! Ou você prefere continuar a ser enganado pela globo/marinho? 🍷🍷🍷 [8]

Como já frisei anteriormente, o recorte pelas SDs acima se dá por identificar que há uma regularidade nas aspas, em seu uso irônico. Há outros *tweets* publicados pelo Ministro da Educação que corroboram com tal regularidade no aspeamento [9]. Mas por questões de espaço e, ainda, por não se tratar uma análise exaustiva, para o considerarei aportar apenas as duas SDs acima.

Duas considerações precisam ser feitas. A primeira é que nas forjas de uma teoria materialista do discurso, não se considera o indivíduo empírico. Assim, as

falas de Weintraub enquanto pessoa (empiricamente), nada significam. O que se considera aqui é, na realidade, sujeito discursivo, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, que é pensado como uma posição discursiva dentre tantas outras possíveis. Outra questão que é importante salientar é que pensar os excertos que Klemperer relata em seu livro com as mensagens coletadas do *twitter* do Ministro da Educação implica, decerto, em considerar discursos ditos em condições de produção (aparentemente) distintas. Nesse sentido, Pêcheux (2014b) nos ensina que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 2014b, p. 78, itálicos do autor). Assim, pensar as condições de produção de um determinado discurso implica em pensar o contexto imediato (isso é, em que circunstâncias temos determinado discurso) e o contexto sócio-histórico e ideológico (ou seja, tudo aquilo que já foi dito sobre determinado discurso). Dessa forma, podemos dizer que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produções dadas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 76).

O que se vê nas SDs selecionadas é que existe uma regularidade no uso das aspas. Tal regularidade (que se evidencia, também, em outros *tweets* do Ministro da Educação) se refere ao aspeamento irônico que é feito, para citar o termo utilizado por Klemperer, *ad nauseam*. Com efeito, o que há nos *tweets* é as aspas enquanto um *distanciamento discursivo*. Efetua-se uma suspensão do sentido que poderia ser atribuído aos vocábulos jornalismo, trabalho e científica, para referi-los como “jornalismo”, “trabalho” e “científica”. Ao mesmo tempo, há um rebaixamento. Existe jornalismo e existe “jornalismo”. Ousaria dizer, inclusive, que o jornalismo (sem aspas), poderia ser referido como Jornalismo. Isso implica em dizer, por exemplo, que quando na SD1 temos “Hoje fui surpreendido pelo péssimo “jornalismo” de Isabela Palhares (...)”, há, pois, uma suspensão do sentido e o distanciamento discursivo do vocábulo jornalismo para “jornalismo”, indica que se tratam de aspas *de condescendência*.

Ou seja, se aquela SD não fosse dirigida à jornalista em questão (e, por conseguinte, não se tratasse de um péssimo serviço), não haveria o uso das aspas, uma vez que não precisaria se instalar um *distanciamento discursivo* e suspender o sentido da palavra para rebaixá-la. É o uso que, conforme apontei acima, “assinala que uma palavra que é apropriada ao locutor não o é, segundo ele, ao receptor; ele [o locutor] diz: “Se eu não falasse com você, diria sem aspas” (AUTHIER, 2016, p. 208). Outrossim, dizer que Isabela Palhares faz um péssimo “jornalismo”, implica em dizer que o locutor não considera o trabalho (que na SD também é aspeado) feito por Palhares como jornalismo. Ou seja, a deriva de jornalismo para “jornalismo” poderia permitir alguns deslizes de sentidos do tipo: (a) Isabela Palhares não faz seu trabalho de forma séria, ou que (b) ela faz um trabalho de cunho sensacionalista, ou, ainda, que (c) ela não fez uma reportagem comprometida com a verdade, dentre outras formulações possíveis.

O que é interessante notar nesses usos das aspas é que sentidos são postos. Isso é, se as aspas se fazem sobre a borda de um discurso e esse trabalho na borda é o que permite o encontro com um discurso outro, significa que há um não-dito. Assim, mesmo quando dizemos X, o não-dito Y permanece. É o que, discursivamente,

chamamos de silêncio [10]. Pela perspectiva materialista da Análise de Discurso há, segundo Orlandi (2007b), duas formas de silêncio: a) o silêncio fundador (que significa por si mesmo) [11] e b) as políticas de silêncio. No interior das políticas de silêncio, segundo a autora, há duas outras formas: a) o silêncio constitutivo (dizer 'x' para não dizer 'y'); e b) o silêncio local (a censura).

O interesse do presente trabalho recai sobre a segunda forma de silêncio, as políticas silêncios, e que existe em duas formas que estão interligadas: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio local, para Orlandi (2007b, p. 74), é “a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer”, implica em considerar o silêncio manifestado em função da censura. É a censura, conforme aponta Orlandi (2007b, p. 75), “enquanto ‘fato’ da linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio”. O que interessa, no entanto, para a presente reflexão é o silêncio constitutivo que, para Orlandi, é determinado pelo caráter fundador do silêncio. É ele que “pertence à própria ordem de produção de sentidos” (ORLANDI, 2007b, p. 73). Assim, o silêncio constitutivo representa a política de silêncio como “um efeito de discurso que instala o anti-implícito” (ORLANDI, 2007b, p. 73), isto é, se diz “A” para não se deixar dizer “B”. Provoca-se, então, um apagamento dos sentidos daquilo que se quer evitar. É o silêncio que trabalha os e nos “limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer” (ORLANDI, 2007b, p. 74). Dessa forma, ao dizer que Isabela Palhares faz um péssimo “jornalismo”, impede-se que se diga jornalismo (sem aspas) e põe à deriva o sentido.

Atendo-se agora na SD2, temos “Quer a VERDADE sobre a pesquisa “científica” no Brasil? Escute o Anderson da CAPES! (...)”. Novamente há um aspeamento irônico. Ou seja, suspende-se o sentido do que significa pesquisa científica. Ou melhor, do que científica pode significar. Isso possibilita dizer que, para Weintraub, da posição de Ministro da Educação, há pesquisa científica e há pesquisa “científica”. O que essa SD põe em xeque, o que ela suspende e, assim, faz um *distanciamento discursivo* não é o fato de haver pesquisas, mas sim sobre o que é ou não científico. Cabe pontuar que essa SD é feita por meio de um *retweet* de uma postagem feita por Anderson Correia, Presidente da CAPES. Na postagem original, Correia expõe, em vídeo, alguns dados da produção científica nacional dos últimos anos.

Retornando à análise, é mister apontar que dizer que há pesquisa “científica” significa dizer que há algo, na base do não-dito, que não pode, para Weintraub, em sua posição discursiva, ser considerado como científico. Em um movimento parafrástico, seria possível apontar que dizer pesquisa “científica” implicaria em falar que (a) há pesquisas que não possuem rigor científico, ou que (b) há pesquisas que não contribuem para a ciência, ou ainda que (c) há pesquisas que não são da ordem da produção de conhecimento. Dizer “científicas” carrega uma série de não-ditos. E o não-dito, nas palavras de Costa e Santos (2012, p. 106), configura “assim um lugar do possível, cuja produção de sentidos está submetida a determinadas condições de produção sócio-históricas de significação”. A questão que se coloca, então, é: o que não é científico (e com base em que se afirma)?

Um esboço de resposta é possível se considerarmos o momento histórico-político-social [12] que vivemos. Nessas redes de sentidos possíveis, parece que

aquilo que é denominado pelo então Ministro da Educação como pesquisa “científica” são as pesquisas que, em uma visão restrita sobre ciência, não proporcionam retorno à sociedade, ou seja, majoritariamente, as pesquisas em ciências humanas. Nesse sentido, é imperioso apontar que nos discursos atuais sobre o fazer-científico das universidades, o retorno à sociedade se apresenta cada vez mais como algo que precisa ser na forma de um produto identificado (ousaria dizer ainda que precisa ser visível). Nota-se, pois, uma divisão que se instaura de áreas logicamente estabilizadas (como se essas só lidassem com algo que tivesse a forma de produto). Nesse sentido, não custa lembrar o texto de Pêcheux, ainda com o pseudônimo de Thomas Herbert, publicado em 1966 na *Cahiers pour l'analyse*. Já nas primeiras linhas, Michel Pêcheux nos lembra que

as condições atuais da divisão do trabalho intelectual induzem a dois tipos de reflexões críticas, quando se trata de avaliar o estatuto de uma prática que pretende alcançar a categoria de ciência, para decidir sobre o seu caráter lícito ou ilícito. (PÊCHEUX[HERBERT], 2015, p. 21)

Ou seja, não é de hoje que se discute o que é ou não ciência. A pergunta que se lança é: com que régua se mede, nos discursos atuais sobre o fazer-científico, aquilo que é ou não da ordem da ciência?

Ademais, é preciso também pontuar que a crítica direcionada ao fazer-pesquisa nas universidades as coloca, no senso comum, na posição de instituições voltadas para si mesmo, como se não tivessem compromisso com o desenvolvimento nacional e, sobretudo, regional (considerando os lugares em que estão instaladas). Assim, não raras são as críticas feitas às pesquisas realizadas em ciências humanas [13], como se essas não agregassem nada à sociedade.

Para finalizar a presente análise, é imperioso apontar que de alguma forma, o vídeo produzido pelo presidente da CAPES, retuitado por Weintraub, corrobora com essa suspensão promovida pela SD2. Durante poucos mais que dois minutos de vídeo, Anderson Correia apresenta alguns dados sobre a pesquisa científica brasileira, tais como: que 80% dela é produzida em cursos de pós-graduação ou que o Brasil ocupa o 13º lugar de produção científica mundial segundo o Web of Science (sem dizer o mês e ano dessa medição e sem realizar comparação com outros anos). Entretanto, há dois dados que parecem possibilitar esse aspeamento irônico (ao utilizar as *aspas de condescendência*) feito por Weintraub para questionar a cientificidade (e, por tabela, a importância) das pesquisas. São os dados de que: a) apesar de estar em 13º lugar de produção científica mundial, o impacto científico brasileiro está em 74º lugar dentre os demais países do mundo; e b) a colaboração com a indústria, ou seja, a produção de artigos científicos que possuem pelo menos um autor que seja da indústria, é de 56º lugar dentre os demais países do mundo.

Vê-se que ambos os dados são portados no vídeo de Correia como desvalorativos à produção científica nacional [14]. Daí que se permite falar “científica” para não (deixar) dizer científica e assim há um não-dito em jogo. É o

não-dito que questiona a legitimidade da produção científica. Assim, novamente rebaixa-se, diminui o valor que determinadas pesquisas científicas possam a vir ter.

Conclusão: do aspeamento enquanto contorno da dominação e dos restos da LTI

Gostaria de retomar uma questão que deixei em suspenso para finalizar a presente seção. Disse, anteriormente, que há uma linha tênue entre as aspas de *condescendência* e as aspas de *questionamento ofensivo*. As primeiras foram exploradas na seção anterior e são o aspeamento que possuem um funcionamento como o de situações de dominância, do discurso daqueles que detêm o poder.

Já o aspeamento de questionamento ofensivo é o que é se apresenta no funcionamento como o do discurso de dominação, isso é, posição de quem não detêm o poder. Assim, em situação de dominação, dizer *X* “pode significar que *a palavra X é um engodo*, uma ilusão que não designa o objeto real” (AUTHIER, 2016, p. 212, itálicos da autora). Com isso, é possível dizer, hipoteticamente, que alguém é “ministro” e não ministro. É o aspeamento que nos permite confrontar as palavras que nos parecem impostas pelo exterior. Esse contorno se dá nas práticas de resistência que Pêcheux ([1982], 1990) nos elucida:

deste ponto de vista, toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe, primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de voltas que se incubam sob a dominação ideológica. As resistências: não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litanias ou repetí-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... E assim começa a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. (PÊCHEUX, 1990[1982], p. 17)

Vejamos que o próprio Pêcheux suspende o sentido de “escutar” nos pontos de resistência. Se escutar as ordens pressupõe ouvir com atenção, “escutar” as ordens é forma de suspender tal sentido e, subvertendo-o, fingir não escutar. De mesmo modo, Pêcheux lembra que resistência também é “mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases”. Nesse sentido, penso que as aspas, enquanto *questionamento ofensivo*, possibilitam essa mudança e desvio. Considerando a possibilidade de suspender aquilo que significa ministro, ao aspear, isso é, dizer “ministro”, significa que se põe à deriva os sentidos e faz-se deslizes. Instaure-se, pois, um *distanciamento discursivo* como forma de resistência (sem esquecer, é claro,

que a resistência é ato simbólico). Resistência que também pode ser compreendida como Michel Pêcheux (2014a) nos ensina em seu texto de retificação “só há causa daquilo que falha”:

não há dominação sem resistência: primeiro prática da luta de classes que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’ (...) [e que] ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente que significa que é preciso suportar aquilo que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”(PÊCHEUX, 2014a, p. 281)

Sobre o que considero/chamo de restos da LTI, é justamente o aspeamento em sua forma *de condescendência*. Se na LTI, Klemperer nos mostra que o juízo de valor sobre pesquisa era dado pela origem do pesquisador (não esqueçamos o aviso dado por Klemperer: Einstein, filho de judeus, era referido como “pesquisador”), nos posts de Weintraub o juízo de valor é dado, na SD1, em função de a matéria produzida pela jornalista não corresponder às expectativas do Ministro da Educação (como se o que ele falasse tivesse sido deturpado). Já na SD 2, o juízo de valor é dado pelo impacto científico e sua relação com a indústria (o que, conseqüentemente, leva-nos a pensar que há áreas mais ou menos científicas de acordo com seu impacto científico e sua relação com a indústria).

Novamente, destaco que se tratam de condições de produções distintas de produção de discursos (ou ao menos aparentemente distintas). Na LTI temos um governo sob condições ditatoriais, que prática o autoritarismo abertamente. Nos posts de Weintraub, temos um Ministro de Estado que compõe o governo de um país democrático, que, em tese, não passa perto de ser um governo autoritário [15]. A partir do que vimos na LTI, da pontuação em uso na Alemanha nazista, o que temos hoje é a repetição do uso autoritário das aspas: aqueles que detém o poder subjagam, humilham e dominam pela língua(gem). Robin (2016) nos lembra que “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas” (p. 40). Assim, há sempre repetições... ou nos termos de Régine Robin, “repetição de situações, repetição de argumentos, de *slogans*, de **retóricas** (...); repetição de cenas, resultados, repetição das derrotas dos oprimidos, dos humilhados e dos ultrajados, repetição de dominação” (ROBIN, 2016, p. 41, itálico da autora, negrito meu).

Assim, o uso do aspeamento irônico, enquanto aspas *de condescendência*, é um aspeamento de ordem autoritária: dizemos X, pois aquilo que é dito direciona-se a um determinado receptor (sem encarar, é claro, a linguagem como dialógica, ou seja, um A que se dirige a um B). Por isso, é possível apontar que é da ordem da contradição tal retórica autoritária na posição discursiva de Ministro da Educação em um país de base democrática. É isso que chamo de restos da LTI (que ressoam, permanecem) hoje.

Outrossim, para encerrar as reflexões apresentadas, da mesma forma que Pêcheux nos ensina que é preciso “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo”,

ele também nos lembra que “não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 277). Nos ensina que a história é feita de contradições. Não posso deixar de citar Régine Robin ao nos dizer que

o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. (...) Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos em função das exigências do momento e das antigas lendas. (ROBIN, 2016, p. 31)

É então preciso lembrar: “há sempre deslocamentos, deslizamentos, substituições, a invenção de novos mitos” (ROBIN, 2016, p. 36)... Mas não esqueçamos: uma hora algo irrompe e o passado vomita sobre nós – para lembrar as palavras Lucília M. A. e Sousa, em sua conferência durante o II Encontro do Grupo Arquivos de Língua, em outubro de 2019, na USP de Ribeirão Preto.

Notas

1 A concepção da gramática como instrumento linguístico é feita por S. Auroux. Para o autor, a gramática “não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. (AUROUX, 2014, p. 70).

2 Para Orlandi (2009), “a língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam com suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. (...) São construções. Sujeitas a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (ORLANDI, 2009, p. 18).

3 Além das duas gramáticas citadas no corpo do texto, duas outras foram consultadas: i) Gramática normativa da Língua Portuguesa, do professor Rocha Lima (Editora José Olympio, 2014) e ii) Gramática metódica da Língua Portuguesa, do professor Napoleão Mendes de Almeida (Editora Saraiva, 2009). Curiosamente, no entanto, as duas gramáticas supracitadas não apresentam as aspas enquanto sinal de pontuação. Fica o questionamento: não se trata de coisas-a-saber sobre pontuação? Ou as aspas não são consideradas pontuação?

4 Não se pode deixar de citar que, às vezes, marcamos esse sinal gestualmente a reboque da entonação isso é: em determinadas situações, marca-se com as mãos as aspas.

5 É importante dizer que terminologias do tipo “geral” e “universal”, sob uma ótica discursiva, podem ser problemáticas, pois aparentam dar conta do todo (e inclusive daquilo que é particular). Nesse sentido, o termo “geral”, que utilizo aqui é por falta, nesse momento, de uma denominação melhor.

6 Lembro o aviso dado por Vanise Medeiros em sua conferência durante o II Encontro do Grupo Arquivos de Língua na USP de Ribeirão Preto, em outubro de 2019. Na ocasião, ao analisar o uso de palavras estrangeiras no romance *A Carne*, de Julio Ribeiro, Medeiros nos diz que, se por um lado as palavras estrangeiras marcam que há uma língua já constituída, por outro, tais palavras evidenciam a incompletude, a falta. Permito-me fazer um deslocamento do que Medeiros propõe em sua análise (e aqui lembro que se trata da análise de um arquivo posto em um outro espaço-tempo de circulação de um conhecimento linguístico), para pensar que as aspas, nas palavras estrangeiras, marcam uma dupla falta: de léxico e de sentido.

7 Disponível em <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1181386031041515520>. Acesso em 08/10/2019.

8 Disponível em <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1175019709122654208>. Acesso em 08/10/2019.

9 A título de exemplificação poderia trazer o seguinte tweet: “Vejam como funciona a carteirinha digital e digam se o “moderno” documento da UNE é melhor 🤔🤔🤔” (Disponível em <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1170156114073313280>. Acesso em 08/10/2019). Há um funcionamento das aspas irônicas em “moderno”.

10 Sobre o trabalho das aspas e sua relação com o silêncio, não se pode deixar de mencionar o artigo de Greciely Costa e Mirian Santos (2012) intitulado Entre “ ”: falta e excesso na relação com o silêncio em que “as autoras buscam dar visibilidade à relação entre o efeito de falta e excesso, através da elipse e da incisa, e o silêncio inscrito nas aspas” (COSTA & SANTOS, 2012, p. 101).

11 Sobre a primeira forma de silêncio, ela não se trata da “ausência de sons ou de palavras”, mas sim do silêncio que é “princípio de toda significação” (ORLANDI, 2007b, p. 68). É esta a forma de silêncio que permite a linguagem significar. Não se deve confundir-la com o silêncio em sua forma física, mas sim é pensar o silêncio “como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante” (ibidem). É o silêncio que dá início ao sentido e que está entre as palavras, mas, também, atravessando-as. É pelo silêncio fundador que temos a incompletude como constitutiva da linguagem.

12 O momento histórico-político-social (que é, nessa análise, a condição de produção estrita de determinados discursos) é marcado por um discurso de ataques e desqualificação às universidades públicas, em especial aos cursos de Ciências Humanas. Nesse sentido, não se pode deixar de citar a questão em torno dos cursos de Humanas levantadas em abril de 2019 por Weintraub e Bolsonaro (sobre isso, ver: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>. Acesso em 03/12/2019).

13 A título de exemplificação, cito a repercussão que ganhou a dissertação de Mestrado de Tedson da Silva Souza após o vlogger Izzy Nobre acusá-lo, em 2016, de ter usar dinheiro público para financiar seus desejos sexuais (sobre isso, ver: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/pesquisador-baiano-e-atacado-por-fazer-estudo-de-sexo-entre-homens-em-banheiros-entenda/>. Acesso em 13/10/2019). Outro caso, mais recente, foi a crítica feita pelo vereador Carlos Bolsonaro à dissertação de mestrado de Diego Miranda Nunes que se propôs estudar as masculinidades nos perfis de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no Tinder. Para o vereador carioca, a pesquisa (que contou com bolsa CAPES) evidencia o nível da educação brasileira. (sobre isso, ver: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2019/02/orientadora-de-dissertacao->

criticada-por-carlos-bolsonaro-responde-e-repudia-assedio-moral/. Acesso em 13/10/2019).

14 O que é significativo apontar é que, mais uma vez, os dados são apresentados sem dizer mês e ano da medição e, também, de forma isolada, sem comparação com dados de anos anteriores, possibilitando um levantamento histórico. Ou seja, satura-se no vazio para fazer valer os dados como francos (Anderson Correia ao postar o vídeo diz que se trata de uma conversa franca sobre a ciência brasileira) ou como verdades (que Weintraub grafa em seu tweet).

15 Que essa colocação seja encarada como uma provocação necessária para futuros estudos discursivos. Durante a campanha eleitoral passada, em meio a um sítio bélico de significância, dois dizeres emanaram-se: de um lado dizia-se que viveríamos, a partir de 1 de janeiro de 2019, uma nova ditadura. Para refutar tal afirmação, os argumentos dos que simpatizam a favor do atual mandatário brasileiro é que não vivemos (e passamos longe de) uma ditadura, de um autoritarismo. A inquietação que surge é: como podemos dizer que não estamos caminhando para um autoritarismo? Por meio de uma metáfora (e lembremos, com F. Gadet e M. Pêcheux – em a língua inatingível, a partir de M. Kundera, que toda “metáfora merece que se lute por ela”) pode-se dizer que, dentro das escolas literárias, ninguém “dorme barroco e acorda arcade”. Penso que o mesmo ocorre para pensar um regime político ninguém “dorme democrático e acorda autoritário”. A virada de uma democracia para o autoritarismo é um processo. A língua(gem), entretanto, nos dá indícios de que aproximações (ou flertes) autoritários são postos em jogo. Em outras palavras, retomo o aviso dado por Eduardo César Maia (UFPE) durante a mesa da cerimônia de abertura do IX SEAD, ocorrido em Recife, na UFPE, em novembro de 2019: “a linguagem revela, diagnostica, o peso do tempo”. Acrescentaria: o peso do tempo em que vivemos.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, São Paulo:

Unicamp, 2014.

AUTHIER, Jacqueline. Palavras mantidas a distância. In: CONEIN, Bernard; et al. **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COSTA, Greciely Cristina da; SANTOS, Mírian dos. Entre “ ”: falta e excesso na relação com o silêncio. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 30, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao30/artigo6.pdf>. Acesso em 13/10/2019.

CUNHA, Celso; LINDLEY, Cintra. **Breve gramática do português contemporâneo**. Lisboa: JSC, 2006.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020 [1971].

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita** : Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992

KLEMPERER, Victor. **LTI** : a linguagem do Terceiro Reich. Rio de Janeiro : Contraponto, 2009.

MARIANI, Bethania; MOURA, Tatiana Freire de; MEDEIROS, Vanise Gomes de. Habitar uma teoria. In: RODRIGUES, Eduardo A. (Org.); SANTOS, Gabriel Leopoldino dos (Org.); CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Org.). **Análise de Discurso no Brasil** : Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas : Editora RG, 2011.

OELSNER, Miriam Bettina Paulina. Apresentação. In: KLEMPERER, Victor. **LTI** : a linguagem do Terceiro Reich. Rio de Janeiro : Contraponto, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Editora Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Editora Pontes, 2007a.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: ed. da Unicamp, 2007b.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, Campinas: ed. da Unicamp, 2008

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. [e. 1980 / p.1982] Delimitações, inversões e deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, n.19, Campinas, 1990. p.7-24

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, Michel [HERBERT, Thomas]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2015.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas : Editora da UNICAMP, 2016.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; GARCIA, Dantielli Assumpção; FARIA, Daiana de Oliveira. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 33, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao33/artigo4.pdf>. Acesso em 13/10/2019.

Para citar este artigo

FARIA, M. M. de. As marcas discursivas do autoritarismo (ou, restos da LTI hoje): o uso discursivo da pontuação. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9., n. 3., 2020, p. 242-267.

O Autor

MICHEL MARQUES DE FARIA é mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. É graduado em Letras - Português e Língua Estrangeira Italiana pela Universidade Federal Fluminense. Participa, como estudante, dos grupos de pesquisa DISCURSIVIDADE, LÍNGUA E SOCIEDADE e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita Acadêmica (GEPLEA). É integrante, na qualidade de Pesquisador, do grupo de pesquisa ColHIBri (O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas). Possui como área de concentração de estudos a Análise de Discurso materialista em articulação ao campo da História das Ideias Linguísticas.